



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.sc.gov.br>  
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: [imprensa@sed.sc.gov.br](mailto:imprensa@sed.sc.gov.br); ramais: 6161

# **Assessoria de Comunicação - ASCOM**

# **Clipping**

**23/05/2012**



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Caderno Vestibular

Data: 23/5/12

Assunto: Preparação em risco

Página: 1

# Preparação em risco

Uma força que, desde 2003, ajudou cerca de 21,6 mil estudantes carentes a conquistar uma vaga em instituições públicas de ensino superior, pode não ter continuidade neste ano. O destino do cursinho Pré-Vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está indefinido e aguarda a assinatura de um convênio com governo do Estado para começar as aulas

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

**L**eonardo Pauli, 17 anos, sempre estudou em escola pública. Para se preparar para o vestibular, no ano passado, além de frequentar o terceiro ano na escola estadual Altamiro Guimarães, em Governador Celso Ramos, ele também assistia às aulas do Pré-Vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Biguaçu. O resultado de estudar em dois turnos veio no final do ano, com a aprovação no vestibular da UFSC para arquitetura – o segundo curso mais procurado.

Para ele, sem o cursinho a realidade teria sido outra. Apesar de sempre ter sido dedicado, o aluno relata que aprendeu no Pré-Vestibular assuntos que nunca tinha estudado antes.

– Os professores eram muito bons, eles davam aulas nos principais colégios particulares de Florianópolis. O cursinho também oferecia palestras de motivação e organizava aulas.

O cursinho, que ajudou Leonardo, era a esperança de muitos estudantes para conquistarem, neste ano, uma vaga em instituições públicas de ensino superior. Apesar disso, a expectativa pode não se concretizar. O destino do Pré-Vestibular da UFSC está indefinido. Para tocar o projeto, a UFSC aguarda a assinatura de convênio que vinha sido firmado com a Secretaria de Estado da Educação.

Calouro de Educação Física da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), Amauri de Almeida, 18 anos, tem acompanhado o impasse. Ex-aluno do Pré-Vestibular, ele acredita que passou no vestibular graças ao cursinho. Amauri fazia terceiro ano no Instituto Estadual de Educação, no ano passado, quando houve a greve dos professores. Por 62 dias ele ficou sem aula na escola.

– Enquanto tinha greve na escola, eu continuava estudando nas aulas do cursinho – ressalta.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Caderno Vestibular

Data: 23/5/12

Assunto: Preparação em risco

Página: 1

**889**

alunos de escolas públicas  
aprovados na UFSC.

**641**

aprovados frequentaram o  
Pré-vestibular da Federal.

**2**

de cada três alunos do cursinho  
passaram em vestibulares de  
instituições públicas.

## Apoio nas redes sociais

Apesar do adiantar do ano, o coordenador do Pré-Vestibular da UFSC, Otavio Auler, acredita que ainda é possível iniciar as aulas no primeiro semestre. Caso o convênio seja firmado até a próxima semana, o cursinho poderia ter abrir em junho. A não-assinatura do convênio não foi descartada. Se isso acontecer, a universidade tentaria pagar parte dos custos e oferecer o cursinho em algumas cidades escolhidas.

Seria uma estrutura menor do que a oferecida no ano passado, quando havia 31 unidades em 29 cidades, atendendo 3,1 mil estudantes.

Desde 2003, passaram pelo cursinho 30 mil alunos carentes, todos de escola pública. Destes, uma média de 72% conseguiram uma vaga em alguma instituição pública de ensino. Temendo que o trabalho seja interrompido, estudantes têm feito

mobilizações nas redes sociais, como Twitter e Facebook, onde houve mais de três mil compartilhamentos de uma imagem, pedindo a continuação do cursinho.

Por uma nota oficial da Secretaria de Estado da Educação, foi informado que o secretário Eduardo Deschamps, aguarda o contato da reitora da UFSC, Roselane Neckel, para que seja discutida a busca de parcerias.

A nota questiona que, pelo projeto proposto pela UFSC, os custos somariam R\$ 3 milhões, que seriam repassados pela secretaria, sem haver uma contrapartida.

A alegação é de que não há disponibilidade destes recursos. A secretaria estuda criar um novo programa de preparação para vestibular e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para ser trabalhado no segundo semestre deste ano.



### CLIPPING

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Visor	<b>Data:</b> 23/5/12
<b>Assunto:</b> Caminho do meio		<b>Página:</b> 3

## CAMINHO DO MEIO

Eduardo Deschamps, secretário de Educação, garante que é compromisso do Estado oferecer um pré-vestibular gratuito aos estudantes da rede pública ainda no segundo semestre. Mas questiona o atual modelo de parceria com a UFSC, cujo repasse exige R\$ 3 milhões do Estado. A intenção, agora, é negociar diretamente com a reitora Roselane Neckel uma alternativa, digamos, mais em conta.

<b>Veículo:</b> Notícias do dia	<b>Editoria:</b> Geral	<b>Data:</b> 23/5/12
<b>Assunto:</b> Caminho do meio		<b>Página:</b> 24

## MINISTÉRIO PÚBLICO

### Acessibilidade nas escolas ganha projeto

**FLORIANÓPOLIS** – O MPSC (Ministério Público de Santa Catarina) lança, hoje, às 15h, o projeto “Acessibilidade nas Escolas”. Na ocasião, será apresentado o material produzido pelo Ministério Público, com conteúdo voltado à difusão e promoção dos direitos relacionados ao acesso espacial e todas as formas de inclusão social nos estabelecimentos educacionais no Estado.

O projeto tem o objetivo de informar sobre o tema e apoiar os membros do Ministério Público na fiscalização de ações voltadas à concretização do direito de acesso e utilização dos espaços, mobiliários e dos equipamentos dos estabelecimentos educacionais, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Essa atitude possibilita o exercício com plenitude dos direitos fundamentais e sociais garantidos a todos os cidadãos brasileiros, pela Constituição Federal.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Você.Leitor	Data: 23/5/12
Assunto: Alfabetização		Página: 32/33

## CARTAS

### Alfabetização

Li no editorial "Na idade certa" (22/5) que o Ministério da Educação e Cultura (MEC) encaminhará nesta semana a prefeitos e governadores de todo o País os detalhes de mais um programa de alfabetização, Alfabetização na Idade Certa, que pretende assegurar o ensino da leitura e escrita a todos os alunos até os oito anos, para não fazer feio frente aos alunos dos países desenvolvidos. O projeto visa a melhorar a formação dos professores que lecionam nos três primeiros anos do ensino fundamental.

Louvável, mas, novamente, o MEC está equivocado em suas ações (penso eu, uma mera professora com 27 anos de experiência em alfabetização). A solução está em monitorar a qualidade do ensino das faculdades que formam esses profissionais.

Em segundo lugar, a escola sozinha não dá conta do recado, ou seja, é necessário a parceria com a família. É em casa, com tarefas diárias, que o aluno vai rever o que aprendeu na escola e fixar. E a grande maioria das famílias está ausente nesse processo.

Em terceiro lugar, só se pode reter o aluno ao final da 3ª série (no ano passado, não foi possível por causa da greve do magistério). Isso faz com que os problemas de aprendizagem se acumulem em cada série e o professor não consiga trabalhar adequadamente com cada um dos alunos que se encontram em estágios muito diferentes da alfabetização.

Essa realidade leva a 77% (dados do editorial) dos estudantes ao atraso em relação ao que deveriam saber na sua idade. Diante desse quadro, só formação continuada não resolve, precisa também uma varinha mágica!

*Roseli Lunelli Bertelli*  
Rio dos Cedros

## Clipping

CNTE

### Estados e municípios pedem mudança em regra de reajuste do piso dos professores

✧ Data: 22/05/2012  
✧ Veículo: CENÁRIO MT  
✧ Editoria: MUNDO  
✧ Assunto principal: CNTE

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte 

A -	A +
-----	-----

Para CNTE, no entanto, a maior parte dos entes tem recursos para pagar o piso da educação básica, hoje em R\$ 1.451 por 40 horas semanais. O problema, segundo a instituição, é a gestão inadequada das verbas disponíveis.

TV Câmara

Educação - Sala de Aula - Professor Quadro Aula 283x173

O piso salarial nacional é previsto em lei, mas pelo menos 17 estados não pagam.

Representantes de estados e municípios criticaram nesta terça-feira (22), em debate na Comissão de Educação e Cultura, a política atual de reajuste do piso salarial dos professores da educação básica, prevista na Lei 11.738/08. O piso, hoje em R\$ 1.451, deve refletir a variação do valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Segundo esse parâmetro, a remuneração da categoria deveria ter crescimento em 22% este ano.

Segundo o secretário de Administração de Pernambuco, Ricardo Dantas, o aumento previsto para esse índice nos próximos anos deve ampliar "de forma insustentável" o valor a ser pago aos professores. "Do jeito que está, em Pernambuco, por exemplo, a despesa com o magistério passará de R\$ 1,1 bilhão em 2011 para R\$ 4,2 bilhões em 2020, passando de 25% para 28% da receita líquida de impostos". De acordo com a Constituição, estados e municípios devem aplicar pelo menos 25% da receita de impostos no setor.

No entanto, para o vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Milton Canuto de Almeida, a maior parte dos estados e municípios tem, sim, recursos para pagar o piso dos professores. "Não adianta ter recurso e não resolver a questão da gestão. Há vários municípios pobres que pagam o piso. Eles fizeram o dever de casa. Alguns municípios realmente não têm condições, mas essa não é a realidade na grande maioria dos casos", garantiu.

Mais recursos ou novo índice

Pernambuco é uma das oito unidades da federação que, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), pagam o piso ao magistério. De acordo com Ricardo Dantas, no entanto, o número de entes que cumprem a lei do piso deve diminuir gradativamente em razão dos aumentos sucessivos do seu valor. A saída, segundo ele, seria a mudança do índice de reajuste ou o aumento dos recursos para o setor.

"O que nos preocupa não é o hoje, é o futuro. Não estamos discutindo o piso, pois é preciso valorizar o professor. Mas temos de fazer isso de maneira responsável, de forma a preservar o equilíbrio fiscal", disse o secretário.

No debate, Dantas foi apoiado pela secretária-adjunta da Educação do Rio Grande do Sul, Maria Eulália Nascimento, e pelo prefeito de Cruz Alta (RS), Vilson Santos. "O modelo de reajuste atual vai inviabilizar o pagamento do piso mesmo entre aqueles entes que hoje pagam o valor mínimo previsto em lei", disse Santos.

O prefeito gaúcho também lembrou que o reajuste contínuo do magistério gera pressão para o aumento salarial de outras categorias. "Os municípios acabam rapidamente chegando ao limite para pagamento de pessoal previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal", reclamou.

O debate sobre o piso salarial dos professores foi proposto pelo deputado Luiz Noé (PSB-RS).